
Resistência e turismo comunitário na RESEX Prainha do Canto narrada a partir das lideranças



Resistance and community tourism in the Prainha do Canto RESEX narrated from the leaders

 Antonio Cavalcante de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

antonioavalcant@hotmail.com

Revista Presença Geográfica

vol. 13, núm. 1, 2026

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil

ISSN-E: 2446-6646

Periodicidade: Frecuencia continua

rpgео@unir.br

Recepção: 23 Fevereiro 2025

Aprovação: 10 Fevereiro 2026

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2745599003/>

Resumo: O fenômeno do turismo passa a ser estudado, a partir de 1970, com base em alguns enfoques importantes, por exemplo, inspirado no desenvolvimento mais equilibrado, no turismo rural, no turismo cultural, no turismo sustentável e, mais recentemente, no turismo comunitário. O presente artigo analisou apenas o fenômeno do turismo comunitário na Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, Ceará, a partir das narrativas dos(as) moradores(as). O estudo foi de cunho qualitativo descritivo da produção científica existente sobre o turismo comunitário. A metodologia foi apoiada por meio do levantamento bibliográfico, pesquisa documental e mídias sociais; e por meio da observação direta à Resex Prainha Canto Verde, onde foram coletadas e utilizadas as informações e as conversas informais com as lideranças como recurso metodológico. Posto isso, a investigação revelou que as lideranças, sobretudo a mais antigas, comumente reclamam de que padecem de cansaço físico e emocional decorrente do trabalho; além de sofrer com a desvalorização dos próprios pares.

Palavras-chave: Turismo Comunitário, Resex Prainha do Canto Verde, Lideranças.

Abstract: The phenomenon of tourism began to be studied from 1970 onwards, based on several important approaches, for example, those inspired by more balanced development, rural tourism, cultural tourism, and sustainable tourism, and more recently, community-based tourism. This article analyzed only the phenomenon of community-based tourism in the Prainha do Canto Verde Extractive Reserve, Ceará, based on the narratives of the residents. The study was qualitative and descriptive of the existing scientific production on community-based tourism. The methodology was supported by bibliographic research, documentary research, and social media; and also by direct observation of the Prainha do Canto Verde Extractive Reserve, where information and informal conversations with leaders were collected and used as a methodological resource. The investigation revealed that the leaders, especially the older ones, commonly complain of suffering from physical and emotional exhaustion resulting

from their work; in addition to suffering from devaluation by their peers.

Keywords: Community Tourism, Resex Prainha do Canto Verde, Leaderships.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do turismo é algo que remonta ao final do século XIX, principalmente com as grandes incursões europeias, não de longa distância, realizadas pelo empresário inglês Thomas Cook. Ele foi um dos idealizadores das primeiras viagens programadas e racionalmente orientadas a destinos turísticos terrestres, eventos termais e outros atrativos.

Importante dizer que o evento turístico não era visto e/ou pensado como o novo fenômeno sociocultural de lazer/turismo da modernidade tardia. Os destinos, os deslocamentos e os atrativos se pautaram pela lógica do empreendimento capitalista a partir da metade do século XX na Europa e América do Norte, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto de transformações socioeconômicas e políticas em constante dinamicidade, constata-se a reestruturação da economia mundial e a ascensão de uma classe média europeia com poder aquisitivo de consumo relevante nos países considerados desenvolvidos e disposta a investir em viagens turísticas, lazer e educação.

Em face dessa contextualização histórica, turismólogos(as), sociólogos(as) e antropólogos(as) passam a estudar o fenômeno do turismo com base em um amplo espectro de interesses socioculturais, econômicos e políticos, entre os quais: ecoturismo, etnoturismo, turismo cultural, turismo religioso, patrimônio cultural e o aparecimento do turismo comunitário como segmento importante na cadeia do turismo na atualidade.

Graburn (2009) afirma que há um crescente número de antropólogos(as) – geógrafos(as) e ecologistas(as) – cujos estudos desses “impactos” estão aliados à busca de soluções diligentes sob a rubrica de sustentabilidade. Wallace (2005 apud Graburn 2009, p. 37) considera que os(as) antropólogos(as)/sociólogos(as) vêm aplicando suas pesquisas a problemas relacionados com o turismo contemporâneo, sobretudo incluindo planejamento de patrimônio, educação turística e capacitação de trabalhadores(as) da trade turística.

Importante destacar que, nas últimas décadas, tem-se evidenciado na sociedade civil o debate sobre o turismo sustentável, cultural, inteligente, ecoturismo, etnoturismo e o turismo comunitário como contrapontos ao monopólio do turismo convencional.

O fundamento basilar do turismo comunitário é se dissociar do segmento massificado, sobretudo ficar longe dos caminhos percorridos pelo estilo convencional de destino planejado top-down das agências e das operadoras da trade turística. Assim, o turismo comunitário é uma modalidade empoderadora e alternativa de turismo feita efetivamente pela comunidade e com a comunidade gestando as ações do planejamento turístico.

Krippendorf (2009) considerava a modalidade alternativa de turismo como possibilidade viável de preservação ambiental, fortalecimento das culturas e de sustentabilidade das comunidades locais. O turismo manejado coletivamente pelas comunidades é fonte “potencial no que tange à sobrevivência e redução da pobreza de muitas comunidades como aldeias indígenas, colônia de pescadores, agricultores rurais e centros comunitários localizados em favelas” (Gómez et al., 2015, p. 1218).

Pois bem, em se tratando do caso brasileiro e, especificamente, do litoral cearense, há a experiência internacionalmente conhecida da Resex Prainha do Canto Verde, município de Beberibe, vinculada à Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário), que auxilia no planejamento, na capacitação e no fortalecimento do turismo alternativo nas comunidades litorâneas do estado do Ceará.

A Rede Tucum faz o trabalho de discussão e apoio da modalidade de turismo comunitário como oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivamente do desenvolvimento, do planejamento, da gestão das atividades e das estruturas e dos serviços turísticos propostos.

Alinhado com os princípios de governança coletiva, o turismo comunitário teoricamente é pautado na filosofia associativista e no protagonismo das comunidades empoderadas, assim, as experiências significativas da Resex Prainha do Canto Verde e da Resex Batoque [são dois exemplos importantes de turismo comunitário no litoral leste cearense] evidenciam a perspectiva política e operacional de se fazer o turismo alternativo com o controle e a autogestão sustentável da comunidade.

Maldonado e Coriolano (2009, p. 31) afirmam que o turismo comunitário é toda forma de “organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos”.

No contexto político comunitário e na dinâmica interna operacional dele, Sampaio comunitários(as) e os(as) visitantes conscientes.

A partir dessa perspectiva teórica, parte dos(as) estudiosos(as) interpreta – no caso, Sampaio et al. (2011) enfatiza o protagonismo que o turismo comunitário pode provocar e representar interna e externamente, por exemplo, a iniciativa vinda da base [bottom-up] pode representar uma estratégia que permite às comunidades viabilizarem o seu modo de vida tradicional sem perder o contato e a troca de experiência entre membros(as) comunitários(as) e os(as) visitantes conscientes.

A partir dessa perspectiva teórica, parte dos(as) estudiosos(as) interpreta – no caso, Sampaio et al. (2011) – o turismo comunitário como uma proposta institucional que conserva os modos de vida tradicionais, o diálogo com a economia de mercado, contudo, sem perder o princípio da preservação dos valores socioculturais e da biodiversidade local. Assim sendo, conforme o autor:

[...] o grande desafio do Turismo comunitário, solidário e sustentável é como promover modos de vida tradicionais (tidos, sob a lógica desenvolvimentista, como modos de vida obsoletos), inseridos em economias comunitárias, que se apresentam ambientalmente mais sustentáveis que, por sua vez, dialogam com a economia de mercado, no entanto, que ainda conservam suas dinâmicas próprias? (Sampaio et al., 2011, p. 27).

O turismo, como fonte propulsora de desenvolvimento das comunidades, é visto pela Rede Tucum (2025) como estratégia importante de garantia do território e de oportunidade para as populações tradicionais e originárias possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos.

Dias (2010, p. 7-9) corrobora com os princípios do turismo comunitário defendido pela Rede Tucum ao afirmar que: “[...] a própria comunidade é responsável pelo seu crescimento”. Assim, o turismo comunitário como sendo uma das alternativas de turismo é sem dúvida um motor que pode alavancar o desenvolvimento do espaço”. Logo, para ele, o que caracteriza o turismo comunitário é a forma como as comunidades se organizam “[...] autonomamente e estabelece regras que venham a trazer benefícios tanto no espaço quanto na sociedade. A empresa comunitária promove a valorização de seu patrimônio material e imaterial, com vistas a trazer a seus comunitários formas de participação, ocupação, renda e lazer a fim de que todos ganhem com o processo”.

Para Mielke e Pegas (2013), o importante é deixar claro que o turismo comunitário tem como princípio fundamental a melhora das condições de vida das comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento. É de ser revelado que, muitas vezes, essas localidades são excluídas do sistema econômico e das tomadas de decisões justamente por se localizarem em regiões em que o estado se faz pouco presente, por isso, esses autores defendem a modalidade do turismo comunitário como alternativa viável de fortalecimento e possibilidade de incremento, principalmente de geração de renda para essas comunidades.

Coriolano (2006) diz que a revalorização do litoral cearense para o lazer e o turismo ampliou a disputa desse espaço para novos usos, sobretudo no tocante à reestruturação capitalista. O litoral passou a ser a principal mercadoria imobiliária e propulsora de disputas [entre nativos(as) e empresários(as) do setor] no sentido dos reordenamentos necessários à ocupação turística. É bem verdade que os(as) empreiteiros(as) usam dos mais diversos expedientes jurídicos para se apropriarem dos melhores lugares/territórios, principalmente daqueles considerados paisagisticamente belos e atrativos.

Diz-se que o turismo é apresentado como o melhor negócio do mundo por essa região, podendo transformar tudo em mercadoria e riqueza. Ainda que não haja políticas públicas de Estado para o impulsionamento da modalidade do turismo comunitário no Ceará, importante se faz mencionar a contribuição que as organizações não governamentais e as comunidades tradicionais litorâneas apresentam para resistirem à especulação imobiliária e sustentarem as experiências existentes de inclusão sociocultural e econômica no escopo do turismo regional.

Krippendorf (2009) apontava outra forma de turismo autêntico que leve em consideração o respeito ao meio ambiente, o fortalecimento das trocas culturais, a compreensão mútua, a solidariedade e a sustentabilidade econômica dos territórios. Como se nota no fragmento abaixo, o autor explica:

[...] todas as pessoas envolvidas possam tirar o melhor proveito, sem prejudicar os autóctones e o meio ambiente. Talvez as férias e o lazer experimentado longe de casa possam transformar-se realmente num campo de aprendizado e de experiências, e não ser apenas uma fuga do cotidiano e dos problemas, mas também uma oportunidade de enriquecimento interior, de exercer a liberdade, a compreensão mútua e a solidariedade, e de poder descobrir um pouco de tudo isso no cotidiano (Krippendorf, 2009, p. 19).

Para compreender o desenvolvimento e as interfaces do turismo comunitário no Ceará, foram delineados os objetivos a seguir: a) estudar a experiência do turismo comunitário na Resex Prainha Canto Verde a partir de narrativas das lideranças; b) analisar os relatos das lideranças no tocante às mudanças ocorridas no espaço social local; c) interpretar as disputas políticas no espaço de intermediação da Resex Prainha de Canto Verde.

METODOLOGIAS

A pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo da análise dos dados com a utilização da técnica de observação de campo por meio de visitas periódicas à localidade, inclusive, cinco delas realizadas durante o ano de 2024/2025, com foco na escuta (in)formal e nos relatos colhidos dos(as) residentes durante as estadas na comunidade. Convém ressaltar que, volta e meia, deslocamo-nos pessoalmente até a região para visitar os(as) amigos(as) [convite para turistar nos fins de semana na casa de conhecidos não nativos] e/ou como hóspedes das pousadas cadastradas na Rede Tucum.

Pois bem, essas imersões e escutas realizadas no território em tela nos fez lembrar o trecho específico do capítulo “O Narrador” do livro “Magia e Técnica, Arte e Política”, obra clássica do filósofo frankfurtiano Walter Benjamin (1985, p. 198), o qual sustenta que uma experiência cotidiana impõe a exigência do distanciamento e do ângulo de observação do fenômeno sociocultural; mas também não se pode deixar escapar “[...] a experiência que passa de boca a boca que é a fonte a que recorreram todos os narradores” e condição sine qua non para o(a) pesquisador(a) no seu trabalho de campo.

Minayo (1999, p. 15) lembra que o estudo de corte qualitativo se sustenta nos princípios de que a realidade social dos sujeitos “[...] é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”. E com relação ao universo da pesquisa, afirma que uma boa amostragem é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Portanto, nesta investigação, procuramos abranger os relatos/narrativas das lideranças antigas e atuais sobre o cotidiano, a experiência de turismo comunitário e as arenas de disputas políticas na Resex Prainha Canto Verde.

Para atingir esse objetivo, foi delineada uma metodologia apoiada em duas etapas. A primeira iniciou-se por um levantamento bibliográfico por intermédio de livros, artigos científicos, teses, monografias disponíveis em bibliotecas universitárias digitais [UFC, UnB e outros], Portal de Notícias G1 Globo/CE, Plataforma SciELO, site institucional do Governo Federal [Decreto de 5 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial da União] e páginas das Organizações Não Governamentais [Rede Tucum e do Instituto Terramar] no sentido de catalisar informações relacionadas sobre o tema.

A segunda etapa caracterizou-se por uma observação direta como turistas à Resex Prainha do Canto Verde e pela coleta de dados, que ocorreu por meio de obtenção de relatos informais nas visitas realizadas [de 2024 a 2025] como apreciadores de experiências autênticas.

Stake (2011) diz que as entrevistas/escutas são usadas normalmente para vários propósitos por um(a) pesquisador(a) qualitativo, isto é, ele(a) pode querer obter informações singulares e/ou interpretações assentadas pelas pessoas entrevistadas/escutadas na pesquisa. Além disso, ele aponta mais duas questões fundamentais, a saber: como coletar uma soma numérica de informações de muitas pessoas? Como descobrir sobre “uma coisa” que supostamente os investigadores não conseguiram observar por eles mesmos no processo exploratório do estudo?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descrição realizada na página oficial da Organização Não Governamental Instituto Terramar afirma que a história da atual Resex Prainha do Canto Verde advém dos relatos dos(as) moradores(as) mais antigos(as) que asseguram: “[...] a comunidade teve início em 1850 com a chegada do casal, Dona Felismina e seu Joaquim ‘Caboclo’, que assentaram na terra e lá tiveram 12 filhos. Depois, com a fama de lugar próspero com sua diversidade de peixes, crustáceos e terra boa para plantar, outras famílias foram chegando e se assentando no território” (Instituto Terramar, 2025).

Importante destacar que o Decreto de 5 de junho de 2009, no Art. 2o, cria a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde com a finalidade de proteger os meios de vida, a cultura e a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da localidade (Brasil, 2009).

A Prainha do Canto Verde localiza-se no litoral leste cearense, distante 126 km de Fortaleza, no município de Beberibe. Ela integra a Rede Tucum com mais onze comunidades do litoral do estado. A entidade é uma articulação formada, desde 2008, por grupos de comunidades da zona costeira que realizam o turismo comunitário com o objetivo de articular e proporcionar “[...] oportunidade de conviver com ambientes preservados, conhecer os modos de vida de comunidades tradicionais e realizar intercâmbios culturais” (Rede Tucum, 2025).

A Figura 1 destaca todas as comunidades litorâneas que realizam o turismo comunitário em seus territórios sob a coordenação da Rede Tucum, inclusive, identificada por uma seta a Prainha do Canto Verde, objeto desta investigação.



Figura 1

Mapa de localização da Resex Prainha do Canto Verde no litoral leste do Ceará

Fonte: adaptado do site www.redetucum.org.br

Como nova modalidade existente dentro da cadeia do turismo do estado do Ceará, importante se faz destacar os oito princípios filosóficos norteadores dentro do turismo comunitário que orientam as ações políticas e sustentados pela Rede Tucum (2025) a seguir:

- a. ● As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar.
- O turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais.
- O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local.
- O turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes.
- O turismo comunitário promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade.
- O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais.
- O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si.
- O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental (Rede Tucum, 2025).

É bem verdade que o turismo não é o único responsável pela destruição da natureza, pela especulação imobiliária e pela pobreza dos povos, muito menos pelas mudanças culturais desencadeadas, mas tem a sua parcela de responsabilidade nesses processos. Assim sendo, “a eminente discussão sobre os impactos negativos do turismo de massa levou as comunidades científicas, profissionais, e, a sociedade a repensar a atividade turística enquanto promotora de degradação da natureza” (Gómez et al., 2015, p. 1217), algo que poderia perfeitamente ser evitado se houvesse interesse político em diminuir os desastres e promover um turismo mais equilibrado, como propõe Krippendorf (2009) nas suas “teses para a humanização da viagem”.

Os processos de lutas sociais na Resex Prainha do Canto Verde ainda têm sustentação política nos ensinamentos herdados das primeiras lideranças do final dos anos de 1980. A maioria daquelas lideranças que lutou pela demarcação jurídico-territorial da Resex já não está mais ativamente envolvida no movimento comunitário; é o caso da “Narradora A”, que falou: “estou cansada e vivo doente, portanto, deixei a luta para os mais novos”, entretanto, lamenta que os filhos [e netos] não quiseram continuar o legado deixado por ela.

No dizer sempre expressivo da “Narradora A”, percebe-se uma frustração de não ver a continuidade do trabalho das lideranças antigas, que fizeram o enfrentamento político aos grileiros, aos empresários do setor imobiliário e da construção civil que desejavam se apossar das terras e lotear a região para o ingresso do turismo de massa. Na obra “O Narrador”, Benjamin (1985, p. 200) alerta para a problemática do desaparecimento dos(as) narradores(as) antigos(as) nas comunidades tradicionais, esses personagens que sabem dar conselhos, orientações e servem como bússolas de expectativas em épocas difíceis. Para o autor: “dar conselhos parece hoje algo antiquado” em decorrência da fragilidade das experiências comunicáveis e da rapidez provocada pela sociedade globalizada.

A luta pela demarcação territorial e jurídica esteve sempre presente na agenda política pública dessas lideranças antigas, inclusive, sofreram perseguições e ameaças constantes de “intrusos(as)”, “empresários(as)” e “construtoras” com interesses nos seus territórios. Mesmo em face do contexto de fervor dos conflitos, essas lideranças não desistiram dos objetivos traçados e não se afastaram do sonho do território livre e independente.

Em razão dessas considerações, observa-se, na Figura 2, a placa de identificação do Decreto S/N de 5 de junho de 2009, que, recentemente, foi encravada na entrada da Resex [em 2025] e vem sinalizar o início da demarcação da área e as determinações e restrições de uso do solo pelos(as) nativos(as) e por aqueles(as) que desejam veemente investir e possuir alguma coisa na região.



Figura 2

Placa de Identificação na entrada da Resex Prainha do Canto Verde

Fonte: Acervo próprio (2025)

É possível observar a rede de conflitos e especulações em torno da área, principalmente com a criação do Decreto da Reserva Extrativistas Prainha do Canto Verde. A maioria dos(as) nativos(as) se vale do discurso de que a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPCV) é a única representante legítima das iniciativas e deliberações da comunidade. A AMPCV é considerada a representante legítima do território, inclusive, sugere que qualquer iniciativa e/ou tomada de decisão política derivada de qualquer outra organização [associação com outros fins] existente na comunidade não tem selo de validade jurídica externamente.

Em que pese a arena de disputas entre os(as) agentes envolvidos(as) no campo dos(as) atores(as) envolvidos(as), é comum ouvir das lideranças pioneiras o rechaço a qualquer tentativa de abertura para o turismo convencional como defendem os(as) dissidentes(as) – nativos(as) aliados(as) à Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (ACV) – da comunidade. Também é perceptível, entre os(as) antigos(as) moradores(as), a recusa da entrada do(a) “invasor(a)”, “posseiro(a)”, “grileiro(a)”, sobretudo àqueles(as) interessados(as) nas belezas da região para especulação imobiliária turística [construção de resorts, hotéis, pousadas etc.] e/ou para construção de moradias de segunda residência.

Os(as) pioneiros(as) da organização do movimento comunitário ainda carregam o sentimento nostálgico de uma época que confronta diretamente com os valores consumistas perpetrados pela nova geração de moradores(as). Na esteira dessa divisão de opiniões, as narrativas dos(as) pioneiros(as) revelam uma dosagem de insatisfação e inquietude em decorrência das mudanças ocorridas no território, principalmente no tocante às tentativas de intervenções políticas externas que atingem diretamente a autonomia política da comunidade.

Também se vê preocupações com as tradições locais [pesca artesanal, rendeiras, técnicas de navegação etc.] que estão se esvaindo, segundo relato do “Narrador B”, ativista jovem, professor de uma unidade escolar e crítico do processo de interferência dos poderes externos [políticos(as) e empresários(as) do ramo imobiliário interessados(as) em investir] na região. Para ele, as escolas estão perdendo a autonomia e a chance de resgatar e “manter viva a memória desses verdadeiros heróis de nossa luta”. Convém notar, outrossim, que a instituição escolar da reserva da Prainha do Canto Verde, lamentavelmente, “hoje, está comprometida só em cumprir o conteúdo dos livros didáticos”, afirma ele.

Como se não fosse suficiente apenas uma associação para lidar com o contexto dissidente entre os(as) nativos(as) a respeito da entrada de pessoas externas e a abertura para o turismo convencional, o “Narrador B” diz que alguns(as) nativos(as), visando o progresso capitalista e se aproveitando da oportunidade de vender lotes, aliam-se [são cooptados(as) e atraídos(as)] politicamente por agentes externos envolvidos no território. É bom dizer que esses(as) moradores(as), normalmente, tendem a defender a pauta de abertura da Resex para o turismo de massa e para o uso do local como segunda residência para os não nativos(as).

Nesse contexto de disputas de narrativas locais, surge a ACV, que tem como referência e apoiador, segundo relatos dos(as) moradores(as) locais, um empresário importante do setor de educação privada da capital cearense. Posta assim a questão, é de se dizer que o referido possui terras nas duas extremidades de fora da Resex e é proprietário de uma mansão dentro da unidade de conservação, contrariando as normativas ambientais legais, conforme o “Narrador B”.

Em virtude dessas considerações sobre o caso do empresário mencionado, Paz (2021, p.13) reforça o seguinte argumento: “[...] logo que ele descobriu o processo de reconhecimento da comunidade como tradicional, entrou na justiça contra a instalação da Resex, antes mesmo de ela ser totalmente reconhecida. Ele diz ser dono da metade da área definida como Resex”.

Nas Figuras 3 e 4 pode-se avistar as fachadas das duas associações existentes na reserva extrativista com objetivos políticos diferentes no tocante aos rumos do turismo local. A Figura 3 é a denominada Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPCV) e/ou chamada de Associação Velha dos(as)/pelos(as) nativos(as). A seguir, na Figura 4, visualiza-se a fachada da sede da ACV, que foi edificada pelo empresário com interesses políticos em investir na região, independentemente dos marcos legais da Resex.



Figura 3
AMPCV

Fonte: Acervo próprio (2025)



Figura 4
ACV

Fonte: Acervo próprio (2025)

É natural que as mudanças políticas provoquem outras formas de compreensão acerca da condução da política na esfera dos territórios, uma vez que outros(as) atores(as) políticos(as) entram em cena apostando em novas intermediações, parcerias e vantagens. O “Narrador C”, liderança de perfil jovem, afirma que “quem comprar uma casa ou terreno, aqui na Prainha do Canto Verde, está sujeito a perder, primeiro por que a terra está garantida para as futuras gerações que são os nativos e os moradores”, ressalta ele. Assim, durante a estada na Resex, 2024, notou-se uma placa indicativa alertando com o seguinte lembrete: “Qualquer pessoa que comprar terra aqui está sujeito a perder”. O problema, no caso da localidade em tela, é que se trata de área federal protegida ambientalmente, portanto, a desconfiança das(as) lideranças/nativos(as) com as mudanças acarretadas tem a ver com a história de conflitos internos/externos se repetirem. Aliado a isso, temem que todo o repertório político-legal do território conquistado pelo enfrentamento histórico se dissolva no ar.

Na arena de disputa política municipal, em 2024, dois nativos lançaram candidaturas por siglas partidárias diferentes na disputa das 11 cadeiras de vereadores(as) no município de Beberibe, onde a Resex está localizada. É bom dizer que Arlindo Lima, do Partido Progressista, foi eleito com 1.380 votos, percentual de 3,45% do total de votos. Ele é filho de uma das lideranças tradicionais da Resex. Em contrapartida, a jovem Beatriz Góes, nativa e vinculada à Rede Tucum, saiu pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT) e obteve 166 votos no pleito, ou seja, 0,40%, não se elegendo (G1 Ceará, 2024). De fato, com base nos dados explicitados, evidenciam-se disputas políticas no campo das intermediações locais.

Bourdieu (2004) analisa o conceito de campo como espaço social de relações objetivas entre uma situação e uma posição no jogo de linguagem. Essa perspectiva teórica bourdieusiana é pertinente para se analisar o cenário de disputas em torno das narrativas políticas prospectadas a respeito dos benefícios trazidos com a criação da Resex. É comum também escutar divergências, mesmo entre os(as) nativos(as), em torno da lei de criação da reserva extrativista, porque mantém apenas aquele tipo de atividade ambiental/social/econômica protegido por lei. Na Figura 5 percebe-se uma placa da ACV fixada na avenida principal e que faz o papel de calculadora do tempo [dias e os benefícios zero] realizados na comunidade; enquanto na Figura 6 observa-se na parede o painel de prestação de contas da AMPCV.



Figura 5

Placa da ACV

Fonte: Acervo próprio (2025)

BENEFÍCIOS	BENEFICIADOS
CRÉDITO DO INCRA = R\$ 480.000,00	151 FAMÍLIAS
BOLSA VERDE = R\$ 134.000,00 POR ANO	112 FAMÍLIAS
REFORMA DE PESCARIAS COLETIVAS	OS PESCADORES
TAMBORES PARA COLETA DE LIXO	A COMUNIDADE

Figura 6

Painel AMPCV

Fonte: Costa (2016), adaptado do TCC de Paz (2021)

Em contraposição às investidas da ACV com a exposição pública da denominada “Placar da Verdade” fixada na avenida principal da entrada da localidade, a APMCV buscou alternativas para combater as desinformações [como se pode notar na Figura 6] espalhando painéis pelas ruas da localidade mostrando os benefícios existentes para a comunidade e os(as) turistas.

Coelho (2018) se debruçou sobre o turismo comunitário na Resex Prainha do Canto Verde e explorou detalhes importantes a respeito do cotidiano e dos resultados advindos com a aderência da comunidade ao turismo comunitário, que o turismo é o responsável pela complementação da renda de muitas famílias que vivem exclusivamente da atividade pesqueira, extrativistas e que agora possuem outra forma de obter renda complementar importante por meio do turismo.

Ainda com relação aos benefícios trazidos para a comunidade, é válido destacar o envolvimento de parte dos(as) moradores(as) no manejo do turismo local, sobretudo como renda alternativa. Importante dizer que a partir dos anos de 1990, com apoio da Rede Tucum, houve aderência significativa de parcela dos(as) nativos(as) com aluguéis de quartos em suas casas para turistas; já outra parcela optou pelo ramo de pousadas comunitárias.

Interessante observar os relatos dos(as) moradores(as) e turistas [em reportagens e documentários na Resex] sobre a importância de manter e preservar as belezas naturais e culturais da localidade, que foi [e continua sendo com todos os seus obstáculos] modelo de experiência significativa de organização comunitária para além dos limites territoriais.

Coelho (2018, p. 138) aponta que o(a) adepto(a) do turismo comunitário busca uma vivência autêntica não propriamente como turista, mas como alguém próximo da família acolhedora. Ela sustenta que essa modalidade de experiência só é possível nesse tipo de turismo, já que o(a) turista busca o bem-estar da comunidade, não se preocupando em oferecer luxo aos(as) visitantes.

Por tudo isso, Maldonado e Coriolano (2009, p. 30) afirmam que o turismo comunitário não deve competir e nem suplantar as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência de tais povos. O turismo comunitário é concebido como um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria, como é o caso da Resex Prainha do canto Verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o que foi observado na pesquisa nos meios digitais, verificou-se que há uma produção científica nacional e internacional [artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado etc.] sobre a experiência da Resex Prainha do Canto Verde, que reforça e fortalece a visibilidade da comunidade e o entrelaçamento de parcerias institucionais.

Considerando o contexto e os desdobramentos do turismo comunitário na Resex Prainha do Canto Verde, é importante ressaltar a inexistência de políticas públicas para o setor específico, que carece de recursos externos para fortalecer as iniciativas e as ações comunitárias.

Nas oitavas realizadas na localidade, percebeu-se a indignação de um dos(as) moradores(as) que relatou que já tentaram inserir a Resex Prainha do Canto Verde na agenda política de discussão no município de Beberibe, principalmente na Rota Turística das Falésias, mas, até agora, não obtiveram resposta.

Tal percepção do morador vem a calhar com a afirmação de Coelho (2018), que ressalta a importância do apoio do poder público e de pessoas ligadas ao turismo no sentido de incluir a comunidade no plano de marketing com o objetivo de divulgar o turismo comunitário na região. Percebe-se que a divulgação é realizada pelos(as) próprios(as) envolvidos(as) com o turismo comunitário por meio de redes sociais [Facebook, Instagram e WhatsApp] e propaganda “boca a boca”.

Em relação ao contexto político das lideranças no território em tela, a pesquisa revelou que há uma divisão política institucional internamente no tocante às relações de poder e comando, que vêm a reforçar a fragmentação dos processos políticos e desgasta a unidade política dos(as) moradores(as).

Por todas essas ideias apresentadas, o estudo evidenciou que o trabalho coletivo, muitas vezes, sobrecarrega as lideranças atuais de atividades laborais, provocando cansaço físico e emocional; além de padecer com a desvalorização dos próprios pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985..
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: *O poder simbólico*. 7 ed.; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRASIL. Decreto de 5 de junho de 2009. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12059.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.
- COELHO, Susana D. *Percepção e perspectivas sobre o turismo comunitário na RESEX Prainha do Canto Verde*. Fortaleza, Ceará, 2018.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *O turismo nos discursos, nas práticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Anablume, 2006.
- DIAS, Sávio Barriga. Possibilidades e limites do turismo de base comunitária no município de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó - Pará. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL: SABERES E FAZERES NO TURISMO: INTERFACES, Caxias do Sul, 2010. *Anais [...]*. 2010.
- G1 CEARÁ. Resultado das Apurações/Beberibe 2024. *G1 Globo Últimas Notícias*, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2024/resultado-das-apuracoes/beberibe.ghtml>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- GÓMEZ, Carla Regina Pasa; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez; CORREIA, Suzanne Nobrega; OLIVEIRA, Verônica Macário de. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Santa Cruz de Tenerife, v. 13, n. 5, 2015.
- GRABURN, Nelson. (Org). *Turismo e Antropologia: novas abordagens*. Campinas: Papius, 2009.
- INSTITUTO TERRAMAR. 2025. Disponível em: <https://terramar.org.br/>. Acesso em: 01 maio 2025.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3 ed. SP: Alephe, 2009.
- MALDONADO, Carlos Alberto C.; CORIOLOANO, Luzia Neide. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 3, n.1, p. 4-24, abr. 2009.
- MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. *Turismo em Análise: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2013.
- MINAYO, M. C. de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PAZ, André S. dos Santos. *Cartografia das forças em disputa na produção da educação escolar na RESEX Prainha do Canto Verde*. Fortaleza, Ceará, 2021.
- REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO. *Rede Tucum*. 2025. Disponível em: <http://www.redetucum.org.br/rede-tucum/principios-do-turismo-comunitario/>. Acesso em: 01 maio 2025.
- STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.

SAMPAIO, C. A. C.; LESMA, M.; ARAUJO, J. R.; MENDEZ, E. O. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável, SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs). Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011.

AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/274/2745599003/2745599003.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA

Ciência Aberta para o Bem Comum

Antonio Cavalcante de Almeida

Resistência e turismo comunitário na RESEX Prainha do Canto narrada a partir das lideranças

Resistance and community tourism in the Prainha do Canto RESEX narrated from the leaders

Revista Presença Geográfica

vol. 13, núm. 1, 2026

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
rpgeo@unir.br

ISSN-E: 2446-6646